

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

--- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM. ---

--- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, pelas vinte horas e vinte minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão da Casa do Campino, no Campo Infante da Câmara, na cidade de Santarém, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**: -----

--- **Um** – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois** – INFORMAÇÕES PRESTADAS PELOS DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA NAS DIFERENTES COMISSÕES, CONSELHOS MUNICIPAIS E OUTROS ÓRGÃOS.-----

--- **Três** – REVISÃO NÚMERO UM AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. -----

--- **Quatro** – PROPOSTA DE APOIOS FINANCEIROS ÀS FREGUESIAS. -----
ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE ALCANHÕES.

--- **Cinco** – PROPOSTA DE APOIO À REALIZAÇÃO DA "FESTA DO VINHO E DA VILA DE ALCANHÕES DOIS MIL E VINTE E SEIS". -----

--- **Seis** – PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTER-ADMINISTRATIVO ESPECÍFICO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA A CONCRETIZAÇÃO DA OBRA DESIGNADA “SUBSTITUIÇÃO E REPARAÇÃO DE COBERTURAS E PINTURA DA ESCOLA BÁSICA 1º CICLO DE VALE DE FIGUEIRA)” ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A FREGUESIA DE VALE DE FIGUEIRA. -----

--- **Sete** – PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - CONCRETIZAÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS PARA OS ÓRGÃOS DAS NOVAS FREGUESIAS, A FREGUESIA DE S. VICENTE DO PAÚL E A FREGUESIA DE VALE DE FIGUEIRA - PROPOSTA DA C.M. SANTARÉM NOS TERMOS DOS NÚMEROS TRÊS E QUATRO DO ARTIGO

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

SEGUNDO DO DECRETO-LEI NÚMERO CINQUENTA E SETE/DOIS MIL E DEZANOVE, DE TRINTA DE ABRIL. -----

--- **Oito** – PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO PARA OS ÓRGÃOS DAS NOVAS FREGUESIAS - APROVAÇÃO DAS MINUTAS DOS CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E AUTOS DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS (AT), A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE SÃO VICENTE DO PAÚL E COM A FREGUESIA DE VALE DE FIGUEIRA. -----

--- **Nove** – PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE REMOÇÃO E RECOLHA DE VEÍCULOS ABANDONADOS EM SITUAÇÃO DE ABANDONO OU EM ESTACIONAMENTO INDEVIDO OU ABUSIVO - APROVAÇÃO FINAL. -----

--- **Dez** – PROPOSTA DE CANDIDATURA AO PROGRAMA "VIA EXPRESSO INVESTIDOR" – ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS - SÉRGIO VALADOR UNIPessoal, LDA. -----

--- **Onze** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS NOS TERMOS DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DO REGIMENTO. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças: -----

--- Gustavo Coimbra dos Reis (Presidente da Mesa). -----

--- Carla Patrícia Lopes Neto (Primeira Secretária da Mesa). -----

--- Ana Marta Ferramacho Teixeira (Segunda Secretária da Mesa). -----

--- Ana Rita Pereira Correia Félix. -----

--- António Pina Ferreira Campos Braz. -----

--- Beatriz dos Santos Martins. -----

--- Cláudia da Conceição Guilherme Catarino Lobo. -----

--- Cristiana Martins Correia. -----

--- Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto. -----

--- Jorge Manuel Fernandes Rodrigues. -----

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

- José Manuel Augusto de Magalhães.-----
- Luís Manuel da Graça Batista. -----
- Luís Miguel da Silva Taborda. -----
- Luís Tomaz Carvalheira do Souto Gonçalves.-----
- Nádía Margarida Pereira. -----
- Paula Alexandra Machado Sousa Canavarro. -----
- Paula Sofia da Costa Cruz.-----
- Paulo Jorge Caro Bolrão. -----
- Paulo Tomás Salsa Meireles Ferreira Oliveira. -----
- Pedro Gonçalo Coelho Nunes de Melo.-----
- Raquel Neto Cordeiro.-----
- Renato António Vieira Calado Possante Bento. -----
- Rui Pedro de Sousa Barreiro.-----
- Tatiana Filipa Palão Silvestre.-----
- Tiago José Lourenço Simões. -----
- Vítor Manuel Abreu Gouveia de Jesus. -----
- Vítor Manuel Borges da Costa. -----
- **Presidentes de Junta:** -----
- Adriana Oliveira Madeira (Abitureiras).-----
- Hélder António Silva Correia (Tesoureiro da JF de Abrã). -----
- Manuel Joaquim Vieira (Alcanede).-----
- Luís Guilherme Madeira Mena Esteves (Alcanhões). -----
- Pedro Manuel Teixeira da Costa (Almoster). -----
- Nelson Manuel Lucas Martins (Amiais de Baixo).-----
- Gonçalo Colaço Amaro (Arneiro das Milhariças). -----
- Orlando Emanuel Duarte Félix (Gançaria). -----
- Miguel dos Santos Carvalho (Secretário da JF de Moçarria). -----
- Raúl Augusto Duarte Violante (Pernes).-----
- Fernando Manuel Madeira Vítor (Póvoa da Isenta). -----

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

--- Manuel José Assunção Neves (Vale de Santarém). -----
--- Nuno Gonçalo Fróis Carriço (São Vicente do Paúl).-----
--- Rui Jorge Vassalo Ferreira Apolinário (Vale de Figueira).-----
--- Guida Isabel Finote Henriques Botequim da Gaga (UF Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém). -----
--- António Manuel Zibaia Bento (UF Azoia de Cima e Tremês).-----
--- Miguel Ângelo Rosário Tomás (UF Casével e Vaqueiros).-----
--- Jorge Manuel Milheiro Segundo dos Santos (UF Romeira e Várzea). -----
--- Alfredo Condeço Amante (UF Cidade de Santarém).-----
--- **Executivo Municipal** -----
--- Presenças: -----
--- João Francisco Ferreira Teixeira Leite. -----
--- Paulo Vladimiro Santana Caetano. -----
--- Pedro Manuel Rios de Oliveira Camões Gouveia. -----
--- Cláudia Patrícia Monteiro Afonso. -----
--- Nuno Ferreira da Costa Domingos.-----
--- Teresa Cristina Rocha Matias Ferreira. -----
--- António Miguel Moura Pires. -----
--- Ausências:-----
--- Emídio Emanuel Campos Vieira. -----
--- Pedro Alexandre Arrabaça da Silva Oliveira Correia. -----
--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, informando que a senhora **Anabela Cruz Rodrigues**, do Partido CHEGA, apresentou a renúncia ao mandato, regressando assim à Assembleia Municipal o senhor **Antonio Maria Gramacho Marreiros Figueira**, que anteriormente havia solicitado a suspensão do mandato, por um período de noventa dias.-----
--- De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia** verificou a identidade e legitimidade dos senhores **Fernando Manuel de Jesus Gomes da Silva, Maria Helena Claro Victor Vinagre, Luís Miguel Santana Justino, Mónica Sofia Coiteiro Silveira**, que tomaram

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

posse, em substituição do senhor Pedro Gonçalo Coelho Nunes de Melo (CDS-PP), e das senhoras Tatiana Filipa Palão Silvestre (PS), Nádía Margarida Pereira (PS) e Paula Alexandra Machado de Sousa Canavarro (PS), respetivamente, nos termos da Lei.. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** informou ainda que o senhor Luís Tomaz Carvalheira Souto Gonçalves (PSD), pediu a sua substituição, sendo substituído pelo senhor **Adelino Miguel Tavares Saldanha Alves**, que já tomou posse em anterior sessão.

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, submetendo a discussão e votação a Ata número **Três / dois mil e vinte e cinco – dois mil e vinte e nove** e a Ata número **Quatro / dois mil e vinte e cinco – dois mil e vinte e nove**, tendo ambas sido **aprovadas por unanimidade**.

--- Prosseguiu-se o **Período de Antes da Ordem do Dia**, tendo usado da palavra o senhor Deputado **Jorge Rodrigues** que começou por referir que a sua intervenção se prende com as intempéries e as cheias que recentemente assolaram o território, em particular o concelho de Santarém. Salientou terem sido dias difíceis, considerando, por isso, justo reconhecer o trabalho desenvolvido pelos Serviços Municipais de Proteção Civil, pelos Sapadores, pelos Bombeiros Voluntários de Alcanede, de Pernes e de Santarém, bem como pelas forças de segurança (PSP e GNR), ULS da Lezíria, Segurança Social e por todos os trabalhadores, operacionais e voluntários que, em circunstâncias adversas, garantiram uma resposta eficaz.-----

--- Referiu ainda que o Grupo Municipal do PSD entende dever felicitar a liderança política do Executivo Municipal na condução deste processo, enaltecendo igualmente a proximidade demonstrada com o Governo da República, a qual permitiu uma articulação célere na ativação de mecanismos de apoio. Destacou também o papel da CIMLT, cuja liderança permitiu assegurar que as medidas fossem aplicadas de forma equitativa aos onze municípios da região.-----

--- Acrescentou, contudo, que o reconhecimento não dispensa o necessário acompanhamento da situação, colocando, nesse sentido, as seguintes questões: se já existe um levantamento do valor global dos prejuízos consolidados; quantas pessoas foram acolhidas no centro de acolhimento temporário e durante quanto tempo o mesmo esteve

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

em funcionamento; e se já existem dados relativos aos pedidos formais de apoio que deram entrada nos serviços.-----

--- O senhor Deputado **Rui Barreiro** aludiu que a intervenção do anterior orador acaba por facilitar a sua, manifestando concordância, na generalidade, com os comentários e questões anteriormente apresentados. Considerou que o momento deve ser de reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas entidades responsáveis na resposta à situação de crise.-----

--- Sublinhou a importância da prevenção e da preparação, defendendo a relevância da existência e divulgação do Plano Municipal de Emergência, de forma a garantir que não só as diferentes entidades saibam como atuar, mas também que os cidadãos conheçam os procedimentos a adotar em situações de crise, designadamente incêndios, cheias, tempestades ou sismos. Defendeu ainda a realização de ações de sensibilização, simulacros e exercícios de preparação, envolvendo escolas, instituições e população em geral, de modo a criar hábitos de resposta articulada.-----

--- Referiu igualmente a importância de uma maior articulação entre municípios e comunidades intermunicipais na gestão de situações de emergência, salientando a necessidade de reforçar a capacidade de resposta a eventuais falhas de energia, comunicações ou outras situações críticas. Manifestou ainda a disponibilidade do Partido Socialista para colaborar neste processo, sugerindo que o Município de Santarém possa assumir um papel de exemplo nesta matéria.-----

--- No que respeita à zona ribeirinha, referiu-se aos investimentos previstos para a Ribeira de Santarém, designadamente na ligação à zona das Caneiras, sublinhando a necessidade de um plano mais abrangente de investimento na bacia hidrográfica do Rio Tejo, defendendo que a Administração Central deverá dar maior atenção a esta matéria, atendendo à importância do rio para a região.-----

--- Abordou ainda a questão do estacionamento no centro histórico, referindo ter recebido queixas de alguns moradores relativamente a dificuldades no estacionamento, apesar de possuírem dístico de residente. Mencionou, a título de exemplo, a situação do Largo da Piedade, onde a procura de estacionamento terá aumentado devido à existência de vários

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

estabelecimentos comerciais, criando constrangimentos para os residentes. Solicitou, nesse sentido, esclarecimentos sobre as medidas que possam estar a ser adotadas para salvaguardar os interesses dos moradores. -----

--- Por fim, questionou se existiram desenvolvimentos relativamente à proposta apresentada pela Comissão de Cidadania, no anterior mandato e aprovada por unanimidade, relativa ao estacionamento junto à Farmácia Pereira. Salientou que, segundo informação recebida, a PSP terá uma interpretação distinta da proposta apresentada, pelo que sugeriu a eventual realização de uma reunião com aquela força de segurança, de modo a esclarecer a situação e avaliar possíveis soluções. -----

--- A senhora Deputada **Rita Correia** começou por se associar às intervenções anteriores no sentido de saudar o trabalho desenvolvido pelas diversas entidades na salvaguarda das populações e dos bens materiais na sequência da recente situação de intempérie que afetou o concelho. Referiu que, apesar de existir sempre margem para melhoria, importa reconhecer o esforço e a forma como a resposta foi conduzida.-----

--- Relativamente à questão da prevenção, manifestou preocupação relativamente ao Plano Municipal de Emergência, referindo que o último data de dois mil e dezasseis, questionando se não estará na altura de proceder à sua atualização. Nesse âmbito, defendeu a importância da realização de simulacros e de ações de preparação da população para diferentes cenários de risco. -----

--- Referiu igualmente a situação ocorrida na zona do Planalto, onde se verificou o abatimento junto ao parque de estacionamento Mem Ramires, salientando que o incidente poderia ter tido consequências mais graves. Questionou, nesse sentido, quais são as intenções do Executivo relativamente àquele espaço, nomeadamente se se prevê a manutenção do parque de estacionamento, com a pressão que tal poderá representar para a zona das barreiras, ou se está equacionada a valorização daquele local enquanto miradouro da cidade. -----

--- Solicitou ainda esclarecimentos sobre as medidas previstas para a estabilização das barreiras naquela zona e noutras áreas que se encontram atualmente encerradas ao trânsito, alertando para os impactos que esta situação está a provocar na circulação, designadamente

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

na Estrada da Estação, atualmente a principal via de ligação à ponte.-----

--- Por fim, colocou uma questão relativa à eventual construção de um novo centro de saúde na zona do Campo Infante da Câmara. Referiu compreender a necessidade de modernização e eventual realocização do atual equipamento situado em São Bento, mas questionou de que forma esta hipótese se enquadra no plano de pormenor anteriormente apresentado para aquela área, que já foi objeto de várias discussões nesta Assembleia. Perguntou, assim, o que terá motivado esta nova possibilidade e se se trata apenas de uma solução ainda em fase de estudo.-----

--- O senhor Deputado **Vítor Borges da Costa** referiu-se ao percurso que a União Desportiva de Santarém tem vindo a realizar na Liga Três, destacando o trabalho desenvolvido pela sua direção, presidida pelo Doutor Pedro Patrício, recentemente reeleito, a quem dirigiu felicitações.-----

--- Salientou que este percurso desportivo tem contribuído para projetar o nome de Santarém, considerando, por isso, importante que o Estádio Chã das Padeiras possa dispor de melhores condições e infraestruturas mais modernas, quer para os adeptos escalabitanos, quer para os visitantes. Salientou que algumas estruturas existentes, como a cobertura da bancada, ainda em fibrocimento, bem como os balneários e o espaço envolvente, carecem de melhorias, de modo a proporcionar maior conforto e uma imagem mais adequada nas transmissões televisivas e a quem visita o equipamento.-----

--- Recordou que, no âmbito da elaboração do Orçamento Municipal para dois mil e vinte e seis, foram apresentadas sugestões no sentido de realizar algumas intervenções de melhoria naquele espaço, considerando que, com investimentos relativamente reduzidos, seria possível valorizar significativamente o estádio. Nesse sentido, apelou à Câmara Municipal para que possa dar atenção a esta matéria.-----

--- O senhor Presidente de Junta **Miguel Tomás** abordou várias questões relacionadas com a empresa municipal Águas de Santarém, referindo que, sendo esta uma empresa municipal cujo único acionista é o Município de Santarém, recordou que, em trinta de agosto de dois mil e vinte e quatro, os presidentes de junta receberam uma comunicação relativa à denúncia do protocolo que permitia às juntas de freguesia proceder ao

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

recebimento das faturas de água nos respetivos serviços de atendimento. Referiu que, com o término desse protocolo, muitos utentes, designadamente idosos sem acesso a débito direto ou a meios eletrónicos de pagamento, ficaram impedidos de efetuar os pagamentos nos balcões das juntas de freguesia. -----

--- Acrescentou que, nas freguesias de Casével e Vaqueiros a situação foi parcialmente ultrapassada com a instalação de equipamentos de pagamento eletrónico. No entanto, foi aplicada uma nova tarifa relativa ao saneamento, incidindo também sobre munícipes que não dispõem de acesso à rede de saneamento básico. Salientou que, no caso da União de Freguesias de Casével e Vaqueiros, grande parte do território não possui rede de saneamento, pelo que considerou esta situação particularmente penalizadora para os residentes, exemplificando com várias faturas onde o valor associado a taxas e resíduos urbanos representa uma parte significativa do montante total pago pelos consumidores. -

--- Referiu ainda que, de acordo com notícias recentes, estão previstos investimentos na ordem dos seis milhões de euros em sistemas de saneamento básico nas freguesias de São Vicente do Paul e Abitureiras, realçando o facto de a União de Freguesias de Casével e Vaqueiros não constar das intervenções previstas. Recordou que já havia manifestado esta preocupação junto do senhor Presidente da Câmara em setembro de dois mil e vinte e quatro. -----

--- Nesse sentido, solicitou esclarecimentos sobre o valor estimado dos investimentos previstos para as freguesias e questionou se existe algum investimento previsto para a União de Freguesias de Casével e Vaqueiros no âmbito da expansão da rede de saneamento básico, bem como o respetivo calendário de execução. -----

--- Por fim, questionou ainda se o Município teve conhecimento prévio das decisões relativas ao término do protocolo de pagamento nas juntas de freguesia, à aplicação da nova tarifa de saneamento e à definição dos investimentos previstos para as redes de saneamento no concelho.-----

--- A senhora Deputada **Beatriz Martins** destacou a estratégia de promoção externa do concelho através da participação do Município em eventos internacionais, designadamente no MIPIM e na BTL, considerando que esta presença constitui uma afirmação estratégica

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

orientada para a captação de investimento, para a promoção turística e para o posicionamento competitivo de Santarém a nível nacional e internacional. -----

--- Assinalou igualmente o reforço do Programa de Apoio à Cultura (PAC), que atinge neste ano o valor mais elevado de sempre, no montante de trezentos e quarenta e cinco mil euros, considerando tratar-se de uma opção estruturante de apoio ao movimento associativo, aos criadores locais, às coletividades e aos agentes culturais do concelho. Referiu ainda a diferença entre a proposta aprovada e a proposta apresentada pelo Partido Socialista em reunião do executivo municipal, que visava reduzir verbas destinadas a grandes eventos, defendendo que uma política cultural equilibrada deve articular o apoio ao tecido cultural local com a realização de eventos de maior projeção. -----

--- Por fim, relativamente às recentes intempéries, e complementando intervenções anteriores, questionou o executivo municipal sobre a existência de um levantamento dos prejuízos no património cultural do concelho, designadamente em associações e respetivas sedes, bem como em equipamentos culturais municipais, igrejas, edifícios classificados ou espaços museológicos. -----

--- O senhor Deputado **António Gramacho Figueira** abordou a situação das obras do novo campo de râguebi na antiga Escola Prática de Cavalaria, referindo que a empreitada se encontra suspensa desde vinte e dois de dezembro, sem previsão de retoma. Indicou que, segundo a informação transmitida, a suspensão se deve a problemas de estabilidade do talude norte e do edifício, sendo agora apontada a necessidade de construção de um muro de suporte para garantir a estabilização da zona. -----

--- Questionou como foi possível que uma obra desta dimensão tenha avançado sem que esta necessidade tivesse sido previamente identificada no projeto, referindo que, em reunião de Câmara, terá sido admitido que a responsabilidade se deve a uma falha da equipa projetista, que não previu soluções para a estabilização do talude. Nesse sentido, questionou quem validou tecnicamente o projeto e autorizou o lançamento da empreitada, considerando que caberia ao Município garantir que o projeto estivesse devidamente instruído e tecnicamente fundamentado. -----

--- Referiu ainda que, de acordo com o mapa de empréstimos de dois mil e vinte e quatro

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

e o orçamento municipal para dois mil e vinte e cinco, a verba inicialmente prevista para esta obra rondava os dois vírgula seis milhões de euros, tendo posteriormente sido efetuada uma transferência de cerca de quinhentos e cinquenta mil euros para a Academia de Futebol, reduzindo a dotação disponível para aproximadamente dois vírgula um milhões de euros. Questionou, assim, qual o fundamento técnico e financeiro para esta alteração e se existiam garantias de que a verba remanescente seria suficiente para a execução da obra. Acrescentou que, entretanto, os atletas continuam a treinar em instalações provisórias no CNEMA, com a autarquia a suportar os custos associados, defendendo que situações desta natureza evidenciam a necessidade de maior rigor no planeamento, gestão e acompanhamento das obras públicas, bem como na utilização dos recursos financeiros municipais.-----

--- O senhor Deputado **Paulo Oliveira** referiu-se à área da saúde, salientando tratar-se de uma das principais preocupações das populações e uma área onde a cooperação institucional assume particular relevância.-----

--- sublinhou, nesse âmbito, a postura institucional demonstrada pelo Conselho de Administração da ULS da Lezíria, que, na última reunião de Câmara, se disponibilizou para apresentar informação e prestar esclarecimentos públicos, considerando tratar-se de um exemplo de transparência, proximidade e diálogo com o poder local. Salientou ainda que essa intervenção permitiu clarificar algumas informações que tinham circulado na opinião pública, reforçando a confiança nos serviços de saúde.-----

--- Não obstante, destacou que subsiste uma situação preocupante no concelho, referindo que existem cerca de sete mil trezentos e cinquenta e seis utentes sem médico de família. Perante este cenário, questionou o executivo municipal sobre o ponto de situação da construção dos novos centros de saúde previstos para o concelho.-----

--- Perguntou ainda se o executivo está disponível para, em articulação com a ULS da Lezíria, procurar soluções de curto prazo que permitam viabilizar a criação de uma nova Unidade de Saúde Familiar, bem como que condições logísticas ou de infraestruturas poderão ser asseguradas pelo Município para facilitar essa resposta, designadamente através da disponibilização de espaços ou de outras medidas de apoio que possam

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

contribuir para reforçar a capacidade de resposta dos cuidados de saúde primários no concelho. -----

--- O senhor Deputado **Paulo Bolrão** referiu que, na sua perspetiva, a realidade do concelho apresentada pelo executivo nem sempre corresponde àquela que é vivida no terreno.-----

--- Abordou, em particular, a situação da Ribeira de Santarém, manifestando concordância com a necessidade de promover o desenvolvimento da zona ribeirinha do Tejo, mas defendendo que os projetos previstos, designadamente o Parque Natura Tejo e a revitalização da Ribeira de Santarém, devem ser devidamente planeados e executados, de modo a evitar atrasos, derrapagens ou intervenções que possam ser comprometidas pelas condições naturais da zona, nomeadamente as cheias do rio.-----

--- Recordou ainda experiências anteriores, como a criação de uma praia na Ribeira de Santarém, referindo que é importante acautelar adequadamente as condições estruturais e os equipamentos de apoio em projetos desta natureza. -----

--- Chamou também a atenção para as acessibilidades à Ribeira de Santarém, que considerou necessitarem de melhorias e de maior manutenção preventiva, situação que, segundo referiu, ficou particularmente evidente durante os recentes episódios de intempérie. -----

--- Por fim, mencionou a situação das obras na Igreja Matriz da Ribeira de Santarém, referindo que a intervenção se encontra parada, questionando as razões para essa situação e manifestando preocupação com eventuais atrasos na execução da obra.-----

--- A senhora Deputada **Paula Cruz** associou-se às anteriores intervenções, enaltecendo o trabalho desenvolvido pelos responsáveis e pelo Executivo Municipal na gestão das recentes situações de crise no concelho, destacando a importância de uma liderança firme e centrada nas pessoas. -----

--- Referiu a relevância das Unidades Locais de Proteção Civil, solicitando ao executivo que proceda a um levantamento das unidades existentes no concelho, nomeadamente quanto ao seu funcionamento e às dificuldades enfrentadas pelas juntas de freguesia para garantir a operacionalidade dessas estruturas, considerando que a proximidade destas

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

unidades às populações pode ser decisiva em momentos de crise.-----

--- No âmbito da educação, destacou a importância estratégica do investimento municipal em escolas, sublinhando que este não se limita à manutenção de edifícios, mas representa um investimento de futuro. Solicitou, assim, ao executivo um ponto de situação detalhado relativamente às obras consideradas prioritárias em diversos estabelecimentos de ensino do concelho, designadamente na Escola Básica de Alcanede, na Escola Secundária Ginestal Machado, na Escola Básica de São Bento e na Escola Básica de São Salvador, questionando sobre o estado atual de cada intervenção, a fase das candidaturas, os prazos previstos para início e conclusão das obras e se está assegurado o financiamento integral das mesmas.-----

--- O Senhor **Presidente de Câmara** iniciou sua intervenção referindo que hoje é um dia importante para esta Assembleia Municipal, porque foram dados passos significativos de aproximação deste órgão à população pelo facto de este órgão deliberativo passar a estar presente nas redes sociais, uma plataforma essencial, dignificando este importante órgão de fiscalização da atividade da Câmara Municipal. -----

--- Felicitou o senhor Presidente da Assembleia, recordando-se o compromisso assumido aquando da candidatura à Assembleia Municipal de aproximar este órgão à população, dignificando-o também ao passar a estar sediado no centro histórico, no antigo Salão Nobre do Governo Civil, um local simbólico para muitos que ali passaram. -----

--- Em seguida, relativamente ao senhor deputado Jorge Rodrigues e demais deputados, reconheceu o papel crucial do município de Santarém durante as recentes intempéries. Destacou-se a atuação da Proteção Civil, coordenada por um responsável recentemente nomeado, que permitiu uma intervenção eficaz. Foram também mencionadas as Corporações de Bombeiros, PSP, GNR e demais forças de segurança, cujo trabalho incansável foi fundamental para enfrentar o desafio, aludindo que foram evacuadas cerca de duzentas e cinquenta pessoas, inicialmente das Caneiras e posteriormente do Reguengo do Alviela, com acompanhamento do centro de acolhimento no Pavilhão Municipal, e posteriormente alocadas a outros equipamentos na Fonte Boa e em São Domingos. O apoio incluiu alimentação, banho, cama, assistência médica e psicológica, contando também

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

com a colaboração de restaurantes, entidades públicas e municípios vizinhos. -----

--- Salientou ainda que foi prestado apoio financeiro imediato às famílias afetadas, com cento e trinta e um pedidos aprovados no âmbito da medida pública nacional, totalizando aproximadamente seiscentos mil euros, para a reparação de telhados, janelas e aquisição de eletrodomésticos. -----

--- Destacou que do levantamento das necessidades do concelho, foram estimados prejuízos em cerca de trinta e quatro milhões de euros, dos quais vinte e oito milhões de euros estão relacionados com a estabilização das encostas. O trabalho técnico está a ser realizado em estreita colaboração com o Engenheiro Alexandre Pinto e o Governo, incluindo visitas do Primeiro-Ministro, e de outros governantes, demonstrando a relevância do concelho e a mobilização nacional. -----

--- Informou que foram realizados investimentos de emergência, como a reabertura de estradas degradadas, e que a Câmara Municipal avançará com recursos próprios para corrigir outras vias, independentemente de apoios externos. Reafirmou também o compromisso com a Proteção Civil, incluindo a integração de dez novos bombeiros sapadores e a implementação de unidades locais de proteção civil, garantindo que todas as juntas de freguesia terão pelo menos um gerador e rádio Siresp, e centros de acolhimento devidamente preparados. -----

--- Sublinhou que a prioridade foi sempre a proteção da vida humana, agradecendo a colaboração de todos os envolvidos, incluindo presidentes de junta, trabalhadores da Câmara Municipal, forças de segurança, voluntários e a população, reconhecendo que apenas com trabalho coletivo foi possível enfrentar com sucesso estas situações críticas.

--- Destacou a necessidade de uma atenção especial à Ribeira de Santarém, propondo convidar, para uma próxima sessão da Assembleia Municipal, o Arquiteto Luís Ribeiro, responsável pelo projeto de regeneração urbana da frente ribeirinha, para apresentar o projeto e explicar, tecnicamente, a intervenção prevista. -----

--- Avançou que o projeto da Ribeira de Santarém foi apresentado recentemente na Bolsa de Turismo de Lisboa, incluindo intervenções voltadas para a estabilização da zona junto ao rio. Salientou que o investimento público nesta área não pode ser adiado, destacando

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

que anteriores executivos também realizaram intervenções importantes, como a requalificação da Praça Oliveira Marreca, da Rua da Estação no âmbito do Projeto Almargem. -----

--- Relativamente ao centro de saúde e património público, informou que a Câmara Municipal não irá alterar projetos previamente aprovados, mas que está a estudar a melhor forma de localizar o futuro centro de saúde e assumir a responsabilidade do estacionamento em Santarém, garantindo a gestão jurídica adequada e a coordenação com outros projetos em curso. -----

--- Sobre o património histórico, a muralha de Santarém foi alvo de intervenção após a identificação de fissuras, com o perímetro de segurança garantido antes de qualquer derrocada. A consolidação da muralha seguirá com consignação parcial da empreitada e recurso a mecanismos legais criados pelo Governo para situações críticas. O projeto prevê regeneração da via e da zona de estacionamento, aumentando a área de passeio e o número de lugares de estacionamento. -----

--- No tocante à situação desportiva do concelho, afirmou que existem mais de quarenta e cinco clubes no território e que a política pública tem que ser ampla, contemplando todos os clubes e associações. Destacou o investimento realizado nos últimos três anos na União Desportiva de Santarém, e lembrou que o plano de investimentos desportivos ultrapassa quinze milhões de euros, devendo ser distribuído de forma racional entre todas as entidades do concelho. -----

--- Quanto ao saneamento básico, disse que a Câmara Municipal elevou a taxa de cobertura de sessenta e três por cento para noventa e quatro por cento mantendo o objetivo de concluir as Abitureiras e a União de Freguesias de Casével e Vaqueiros, utilizando fundos comunitários, esclarecendo que a metodologia de pagamentos foi ajustada seguindo recomendações da IGF, garantindo segurança e transparência. -----

--- Relativamente ao turismo e à promoção do concelho, destacou a presença de Santarém em palcos nacionais e internacionais, incluindo a BTL, SIL e MIPIM, promovendo o território e atraindo investimento privado para regeneração urbana e desenvolvimento hoteleiro. O aumento de dormidas, da taxa média de permanência e o crescimento das

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

unidades hoteleiras demonstram os efeitos positivos desta estratégia. -----

--- Reforçou a importância dos grandes eventos e da cultura, afirmando o compromisso do executivo em aumentar o investimento nesta área, valorizando o território e fortalecendo a projeção de Santarém no contexto regional, nacional e internacional.-----

--- Esclareceu que as intervenções realizadas em obras públicas estão sujeitas a situações imprevistas, conforme previsto na lei, clarificando que o ocorrido na obra de consolidação de um talude se deveu a que o terreno, de natureza arenosa, revelou-se mais instável do que o previsto nas sondagens iniciais. Destacou que a análise de soluções complementares está em curso, podendo implicar um aumento de custos moderado, algo comum em empreitadas de grande dimensão. Reforçou que não há qualquer ilegalidade ou imoralidade na deteção de situações imprevistas durante o decurso da obra, e que a lei protege a Câmara Municipal nessas circunstâncias.-----

--- Relativamente à Ribeira de Santarém, reafirmou as intervenções previamente anunciadas, salientando que, devido ao crescimento populacional e à necessidade de atendimento médico, será criado um polo provisório de saúde, com reforço de médicos de família, aumentando a capacidade de atendimento. -----

--- Concluiu, sublinhando que o Executivo está a trabalhar em articulação com o Governo para o novo centro de saúde do concelho, reafirmando o compromisso com a melhoria contínua dos serviços de saúde e com a resposta adequada às necessidades da população.

--- O senhor Deputado **Vítor Borges da Costa** referiu ter conhecimento do número de grupos de futebol, atletismo e outras modalidades existentes, manifestando, contudo, estranheza pelo facto de, numa das últimas reuniões de Câmara, o Partido Socialista ter proposto a divisão ou redução dos grandes eventos de Santarém, distribuindo-os pelas juntas de freguesia, proposta essa que não foi aceite. -----

--- Relativamente à União de Santarém, salientou tratar-se do único clube sénior a participar nos campeonatos nacionais, desempenhando igualmente funções como espaço para a realização de eventos. No seu entender, considerou inadequado que não se invista na União de Santarém com o argumento de que é necessário apoiar outros clubes, enquanto, no que respeita a grandes eventos gastronómicos e festivos, se verifica a sua

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

concentração na sede do concelho, e concluiu, considerando que esta diferença de tratamento é lamentável. -----

--- O senhor Presidente de Junta **Miguel Tomás** retomou a palavra referindo não compreender a comparação estabelecida entre a construção de um pavilhão multiusos, no valor de seiscentos mil euros, e a não realização de obras de saneamento básico na sua freguesia, considerando que um investimento não invalida o outro.-----

--- Manifestou ainda o seu profundo desagrado pelo facto de a única freguesia de baixa densidade do concelho de Santarém não ter sido contemplada, ficando para o final no que respeita à execução de saneamento básico, após as empreitadas nas Abitureiras e em São Vicente do Paúl. -----

--- Concluiu, procedendo à leitura de uma carta do Presidente da Assembleia de Freguesia, Nuno Alexandre Marques da Silva, para constar em ata, a qual reforça as seguintes preocupações:-----

--- *"Caro Presidente João Leite, caros membros do executivo, caro Presidente da Assembleia Municipal e membros da Assembleia Municipal, é com desalento que a nossa União de Freguesias continua esquecida pelo município, sendo a única freguesia de baixa densidade com pouco progresso. Solicito que o executivo e a Assembleia Municipal intervenham de imediato, anulando a tarifa elevada da Águas de Santarém e demonstrando, com obra concreta, respeito pelos fregueses. Reitero o pedido de contemplação do saneamento básico em Casével, mesmo que parcial. Como Presidente da Assembleia de Freguesia, estarei sempre alinhado com o executivo na defesa dos interesses da União de Freguesias de Casével e Vaqueiros."*-----

--- O senhor Deputado **Rui Barreiro** salientou que pretendia ver esclarecidos dois assuntos: em primeiro lugar, a questão do estacionamento e da proteção dos moradores do centro histórico, que continuam a enfrentar dificuldades, apesar de procederem ao pagamento da anuidade à empresa de estacionamento, questionando que medidas estão a ser adotadas para garantir que possam estacionar nos locais adequados; em segundo lugar, retomou uma questão colocada pela bancada do PSD relativa às escolas e aos projetos educativos, a qual, até ao momento, não obteve resposta. -----

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

--- O senhor **Presidente da Câmara**, relativamente às escolas, informou que a requalificação da Escola Dr. Ginestal Machado e EB Dois/Três de Alcanede, constitui uma prioridade, encontrando-se em fase final de elaboração os projetos para submissão a candidaturas até ao final do mês de maio, no âmbito do programa nacional de requalificação de escolas, com financiamento a cem por cento a fundo perdido através do BEI. -----

--- No que respeita à Escola de São Bento, referiu que será instalada uma escola provisória na Escola Prática de Cavalaria antes do verão, tendo em conta que a obra de requalificação terá início em dois mil e vinte e seis, com financiamento assegurado pelo Programa Portugal 2030. -----

--- Relativamente ao investimento desportivo, deu conta de que, nos últimos três anos, foram aplicados mais de seiscentos mil euros na requalificação do Campo das Padeiras, estando previsto um plano de investimento gradual para os próximos quatro anos, em articulação com a direção da União Desportiva de Santarém. -----

--- Recordou quanto à intervenção do Deputado Vítor Borges da Costa, que o Partido CHEGA votou contra a proposta apresentada pelo Partido Socialista, que previa a redistribuição de investimentos, alinhando-se com a posição do PSD. Reafirmou que o executivo mantém o compromisso de reforçar o investimento na cultura e em eventos, sem prejuízo do desenvolvimento das infraestruturas desportivas. -----

--- Por fim, relativamente ao estacionamento no centro histórico, informou que foram definidas sete/oito ruas ou zonas no centro histórico exclusivas para moradores, a partir de determinado horário (vinte horas), medida que se manterá enquanto vigorar a atual concessão. -----

--- O senhor Deputado **Vítor Borges da Costa** tomou a palavra para esclarecer que os membros da Assembleia Municipal, bem como os deputados do partido Chega, não têm de concordar necessariamente com todas as votações realizadas, salientando que cada deputado decide de forma autónoma, ao contrário do que, no seu entendimento, sucede no PSD. Concluiu manifestando disponibilidade para o diálogo sempre que necessário. -----

--- Esgotadas as intervenções, foi dado por concluído o Período de “Antes da Ordem do

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

Dia”, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o primeiro **Período de Intervenção do Público**, tendo sido dada a palavra ao senhor **Carlos Cunha**, residente do Reguengo do Alviela relatou que sendo uma das pessoas evacuadas durante as cheias e embora a proteção da vida humana tenha sido assegurada, nem todos os procedimentos decorreram de forma eficaz. Destacou dificuldades na evacuação devido à falta de meios adequados, incluindo barcos danificados e ausência de coletes salva-vidas. Sublinhou que a população local é, em grande parte, idosa e necessita de maior apoio na proteção de bens e propriedades. -----

--- Referiu ainda a necessidade de investimentos em meios de proteção civil, planeamento e comunicação de alertas precisos às populações, para que ações preventivas possam ser tomadas. Destacou a importância de limpar resíduos orgânicos e não orgânicos deixados nas áreas afetadas e alertou para problemas no fornecimento de água, que deve ser resolvido pela entidade responsável, neste caso as Águas de Santarém.

--- Concluiu, reforçando o caráter construtivo da sua intervenção, salientando que, apesar das dificuldades, a situação não teve consequências graves, mas que melhorias são necessárias para futuras ocorrências. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara**, em resposta ao município, agradeceu o trabalho dos Bombeiros Voluntários de Pernes e da Força Especial da Proteção Civil, destacando o empenho e a coordenação que permitiram a evacuação segura dos moradores do Reguengo do Alviela durante as cheias. Reconheceu que algumas dificuldades ocorreram, como avarias em embarcações devido a mangueiras de rega, mas que medidas imediatas permitiram substituir os barcos e assegurar a retirada da população com total segurança.

--- Sublinhou que as decisões tomadas foram fundamentadas na proteção da vida humana, avaliando continuamente a segurança e as condições do Rio, e que a operação contou com a colaboração da população e da Junta de Freguesia. Destacou também a mobilização de recursos financeiros diferenciados para as freguesias afetadas e a importância da limpeza rápida das áreas submersas nos dias seguintes. -----

--- Concluiu salientando que, apesar das dificuldades, não houve vítimas e que todos os envolvidos no socorro devem ser reconhecidos pelo profissionalismo e dedicação

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

demonstrados.-----

--- Dada a ausência de mais oradores foi dado por concluído o **Primeiro Período de Intervenção do Público**. -----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** com o **PONTO UM – APRECIACÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA**. -----

--- O senhor Deputado **Jorge Rodrigues** aludiu que reconhece o esforço financeiro que o município fez e terá de continuar a fazer no desenvolvimento das respostas dadas às recentes intempéries. Nesse sentido, colocou algumas questões relacionadas com a sustentabilidade orçamental, nomeadamente se este esforço financeiro implicará algum ajustamento à estratégia orçamental inicialmente definida para o corrente exercício ou se, pelo contrário, não será necessário rever prioridades, proceder à reprogramação de investimentos ou recorrer a mecanismos adicionais de financiamento. -----

--- Referiu ainda um outro tema que pretendia levantar, relacionado com a reabertura do processo de revisão do PDM. Salientou tratar-se de uma decisão com impacto estrutural no território e questionou quais são os objetivos estratégicos desta alteração, designadamente se estão previstas a ampliação de áreas destinadas à instalação industrial e ao desenvolvimento económico e se haverá reforço do solo urbanizável. -----

--- O senhor Deputado **Joaquim Neto** referiu ter três questões a colocar: a primeira prende-se com o processo de alteração à revisão do PDM, tema já referido pelo anterior orador, questionando se se trata de uma alteração meramente ao nível do regulamento ou se se pretende aproveitar esta oportunidade para ir mais longe, colmatando algumas das lacunas anteriormente referidas; a segunda, diz respeito a uma questão já levantada na última Assembleia, relacionada com os centros de saúde e com o PRR. Reconhecendo que poderão existir financiamentos para além do PRR que venham a cobrir estas situações, questionou qual é o ponto de situação destes projetos nas diferentes freguesias, no sentido de se perceber qual tem sido a evolução dos respetivos processos. -----

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

--- Por último, referiu que, nos relatórios apresentados, é mencionada a execução de projetos para creches municipais, querendo saber que projetos são esses e em que locais está prevista a instalação dessas creches municipais. -----

--- O senhor Deputado **Rui Barreiro** recordou que, aquando da aprovação do novo Plano Diretor Municipal (PDM), havia recomendado ao executivo que começasse a trabalhar na sua alteração, tendo em conta os estudos existentes e o tempo que o processo de aprovação tinha demorado. Referiu que, após cerca de vinte anos de preparação, era natural que o documento aprovado pudesse apresentar algumas insuficiências. Nesse sentido, afirmou compreender e aceitar que a Câmara Municipal tenha tomado a iniciativa de avançar com esse processo de alteração.-----

--- Salientou que as questões já colocadas pelos senhores deputados Jorge Rodrigues e Joaquim Neto certamente permitirão alguns esclarecimentos adicionais. Contudo, relativamente às informações prestadas pelo Senhor Presidente, referiu que no ponto 4 é mencionada a revitalização urbana do centro histórico e da Ribeira de Santarém, sem qualquer referência às Caneiras. Considerou que, quando se fala da zona ribeirinha, também se deve incluir as Caneiras, atendendo à população aí residente e aos problemas que, historicamente, continuam por resolver. Assim, solicitou ao Senhor Presidente que prestasse esclarecimentos sobre as intervenções previstas para a revitalização urbana do centro histórico e da Ribeira de Santarém, bem como sobre eventuais medidas a desenvolver nas Caneiras.-----

--- Referiu ainda que, na informação do senhor Presidente da Câmara, no ponto relativo às catástrofes, é então feita referência às Caneiras, na visita que o senhor Presidente fez às zonas ribeirinhas. Aproveitou para abordar também a situação da Ribeira de Santarém, nomeadamente no que respeita ao estacionamento e à circulação rodoviária, salientando que continua a existir junto à linha de caminho-de-ferro uma obra que se encontra por regularizar, o que tem vindo a reduzir os lugares de estacionamento disponíveis e a criar dificuldades na circulação naquela zona, perguntando que medidas estão previstas para resolver esta situação, designadamente no que se refere ao estacionamento e à melhoria das condições de acesso à estação ferroviária, considerando a importância deste local como

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

ponto de entrada e saída da cidade. -----

--- O senhor Presidente de Junta **Pedro Mena Esteves**, referiu que a sua primeira questão diz respeito à Estrada Nacional trezentos e sessenta e cinco, salientando que, na sequência das recentes intempéries, o estado da via se agravou significativamente, informando que em face da desclassificação desta estrada por parte da Infraestruturas de Portugal, os funcionários da Junta de Freguesia tiveram de intervir pelos seus próprios meios, procedendo ao enchimento de vários buracos ao longo do último mês. Assim, solicitou informações sobre o ponto de situação do processo e considerou fundamental que se avance rapidamente com o projeto de execução para a requalificação desta infraestrutura, preocupação partilhada pela população de Alcanhões e pelos utilizadores da via, acrescentando que tem agendada uma reunião com o senhor Vereador responsável pelo pelouro para a semana seguinte. -----

--- Uma outra questão prende-se com o Polidesportivo de Alcanhões, designadamente o ringue polidesportivo, que se encontra em processo de revisão há já algum tempo. Questionou quanto tempo mais durará este processo e quando está prevista a abertura do respetivo concurso público, sublinhando que a população, especialmente os mais jovens, necessita desta infraestrutura, também por se situar junto à Escola Básica de Alcanhões, permitindo a prática de atividade física e desportiva. -----

--- Por último, abordou um problema que se tem verificado há vários anos e que já havia sido referido numa reunião recente com os Presidentes de Junta, relacionado com a gestão das águas pluviais no concelho. Recordou que o Senhor Presidente da Câmara havia mencionado a intenção de reunir com o Conselho de Administração da empresa Águas de Santarém para discutir esta matéria. -----

--- Defendeu a necessidade de clarificação de responsabilidades, considerando que a Águas de Santarém deverá assumir igualmente a gestão e manutenção das águas pluviais no interior das povoações, à semelhança do que sucede na vila de Alcanhões. -----

--- Referiu que, com frequência, se verifica uma transferência de responsabilidades entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, sendo por vezes invocado que determinados ramais pertencem aos antigos serviços municipalizados. Contudo, salientou que, estando

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

esses serviços extintos, a responsabilidade deverá ser assumida pela Câmara Municipal ou pela entidade gestora competente. -----

--- Sublinhou ainda que as freguesias não dispõem de meios humanos e mecânicos adequados para intervir nestas infraestruturas, correndo o risco de provocar danos nas redes de abastecimento de água ou de saneamento, o que poderá causar prejuízos acrescidos para a população. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção respondendo às questões colocadas relativamente ao Plano Diretor Municipal (PDM). Agradeceu a intervenção do senhor Deputado Rui Barreiro e referiu que esta é a segunda vez, no decorrer da sessão, que aborda a questão da coerência. Recordou que, no dia em que foi aprovada a revisão do PDM, afirmou em reunião de Câmara — posição igualmente reiterada na Assembleia — que, caso continuasse no exercício das suas funções, uma das primeiras decisões seria iniciar o processo de alteração ao referido plano. -----

--- Sublinhou, assim, que o atual executivo está apenas a cumprir aquilo que foi então assumido publicamente. Esclareceu ainda que a alteração ao PDM não tem como único objetivo modificar um artigo específico do regulamento, como tem sido referido em alguns contextos, mas sim proceder a uma atualização da visão estratégica do município relativamente ao documento aprovado. Recordou que o plano foi preparado ao longo de cerca de vinte anos e que, apesar de ter sido aprovado em dois mil e dezasseis e de ter sofrido alguns ajustamentos posteriormente, entende o executivo que, passados cerca de dez anos, é oportuno atualizar a sua orientação estratégica. -----

--- Referiu que, no mandato anterior, foi entendimento comum entre PSD e PS que o documento não deveria continuar a aguardar aprovação, devendo ser concluído e colocado em vigor. Considera que o atual PDM é significativamente melhor do que o anterior, embora ainda fique aquém da ambição que o município pretende para o futuro de Santarém. Nesse sentido, explicou que o objetivo da alteração passa essencialmente por permitir a criação de mais áreas destinadas ao investimento privado, à instalação de indústria, ao desenvolvimento de atividade económica e também à promoção de habitação, particularmente nas freguesias. -----

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

--- Relativamente à questão colocada pelo senhor deputado Joaquim Neto sobre os centros de saúde, considerou a pergunta pertinente e aproveitou a oportunidade para informar que foi proposta, pelo atual Presidente da Assembleia Municipal, a atribuição da Medalha de Ouro da Cidade ao referido deputado, proposta que foi aprovada pelo Conselho de Medalhas e pelo executivo municipal. Informou ainda que esta homenagem será formalizada no próximo dia dezanove de março.-----

--- No que diz respeito à área da saúde, referiu que, na última Assembleia Municipal, foi assumido que o município pretende avançar com a requalificação das onze unidades de saúde previstas, independentemente de estas serem ou não integralmente financiadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Informou que se encontra novamente em concurso público um lote relativo à requalificação das unidades de saúde do Vale de Santarém, Romeira e Almoster, dando continuidade ao processo iniciado. Acrescentou ainda que a unidade de saúde da Moçarria está prestes a ser inaugurada.-----

--- Salientou que o município pretende prosseguir com estas intervenções, recorrendo, se necessário, a recursos próprios, a eventuais medidas de financiamento que venham a ser criadas pelo Governo ou à capacidade de endividamento da autarquia.-----

--- No que respeita às creches municipais, explicou que está definido como prioritário proceder à instalação de duas novas respostas durante o atual mandato, nomeadamente na Moçarria e na Escola de São Salvador, através da requalificação dos respetivos edifícios. Acrescentou que a Carta Educativa, aprovada no mandato anterior, identifica igualmente outras freguesias — como Vale de Santarém e Alcanede — onde, numa fase posterior, se pretende desenvolver projetos semelhantes, reforçando a resposta às necessidades das famílias.-----

--- Em resposta ao senhor deputado Rui Barreiro, destacou a importância de abordar a situação das Caneiras. Referiu que, antes de avançar para intervenções de natureza material, é necessário resolver previamente questões relacionadas com o ordenamento do território. Nesse sentido, informou que está agendada uma reunião com a nova Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), recentemente empossada, com o objetivo de analisar esta matéria. Defendeu que é fundamental criar um

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

plano de pormenor que permita valorizar aquela localidade do concelho, tendo em conta o seu potencial turístico e económico, bem como garantir melhores condições para a população residente. -----

--- Relativamente à Ribeira de Santarém, reconheceu que as questões da circulação e do estacionamento constituem igualmente prioridades. Referiu que têm sido criadas novas áreas de estacionamento, embora ainda insuficientes face ao aumento da procura associado à utilização do transporte ferroviário. Informou também que o município está a trabalhar com o Governo na deslocalização da estação ferroviária e na criação de uma solução intermodal. Estava prevista para o mês em curso a apresentação pública desta solução pelo Senhor Ministro competente, mas, devido às recentes intempéries, a iniciativa foi adiada para o final do mês seguinte. -----

--- Referiu que a Infraestruturas de Portugal irá intervir na zona onde ocorreu a queda de um muro junto à linha férrea, numa obra que ultrapassa os dois milhões de euros e que deverá avançar em breve para concurso público. Informou ainda que o concurso para a construção das cinco passagens desniveladas sobre a linha ferroviária, com um investimento global de cerca de cinquenta milhões de euros, foi prorrogado até treze de março, prevendo-se uma forte participação de interessados. -----

--- Por último, respondendo ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, Pedro Mena Esteves, informou que a reunião com a empresa Águas de Santarém, inicialmente prevista, foi reagendada para terça-feira, às dezassete horas. Referiu que o objetivo é clarificar definitivamente a responsabilidade pela gestão das águas pluviais nas zonas urbanas, defendendo que essa competência deverá ser assumida pela entidade gestora, através da formalização de um contrato de gestão delegada que assegure enquadramento legal adequado. -----

--- Relativamente à Estrada Nacional trezentos e sessenta e cinco, informou que está em fase final a assinatura do acordo com o Governo para a transferência da via para a responsabilidade do município. Acrescentou que foi possível garantir um financiamento superior ao inicialmente previsto para essa intervenção. Ainda assim, adiantou que o município não pretende aguardar pela formalização definitiva do acordo para avançar com

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

os estudos e projetos necessários, considerando tratar-se de uma obra fundamental para a freguesia de Alcanhões, para o concelho e para a segurança da população. -----

--- Esgotadas as intervenções, foi dada por concluída a apreciação deste ponto que não carece de votação. -----

---PONTO DOIS – INFORMAÇÕES PRESTADAS PELOS DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA NAS DIFERENTES COMISSÕES, CONSELHOS MUNICIPAIS E OUTROS ÓRGÃOS.

--- Interveio o senhor Deputado **José Magalhães** que manifestou solidariedade para com o Executivo Municipal na sequência da situação de calamidade e dos danos provocados pelos acontecimentos recentemente ocorridos no concelho, referindo não ser momento adequado para confrontos de natureza política e expressando o desejo de pleno sucesso nas ações de acolhimento e resposta às necessidades das populações afetadas.-----

--- Questionou ainda o ponto de situação relativo à constituição do Conselho Municipal de Turismo, referindo que, apesar de terem sido indicados vários deputados municipais para diferentes conselhos municipais, não tinha conhecimento da realização da reunião de instalação daquele órgão no atual mandato, nem de qualquer convocatória nesse sentido.

--- O senhor **Presidente da Câmara** informou que se encontra a aguardar a indicação do representante de uma das entidades que integram o Conselho Municipal de Turismo para proceder à convocação da respetiva reunião de instalação. Sublinhou tratar-se de um órgão de grande importância para a partilha de opiniões, para a análise crítica e para o debate de matérias relevantes no âmbito do turismo, razão pela qual considera fundamental promover essa discussão no referido órgão. -----

--- Esgotadas as intervenções, foi dada por concluída a apreciação deste ponto que não carece de votação. -----

--- PONTO TRÊS – PROPOSTA DE REVISÃO NÚMERO UM AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. -----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número doze/dois mil e vinte e seis:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária tomada por maioria, com quatro votos

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

favoráveis dos senhores Presidente e Vereadores da AD – Coligação PSD/CDS, quatro abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista e um voto contra da senhora Vereadora do Partido CHEGA, em vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e seis, cabe-me propor à Exma. Assembleia que, nos termos da alínea a) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I à Lei setenta e cinco/ dois mil e treze, de doze de setembro, aprove a **Revisão número um ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de dois mil e vinte e seis**, que anexo”. -----

--- O senhor Deputado **Vítor Borges da Costa**, referiu que a sua intervenção constitui declaração de voto, salientando não ter a certeza se a sua declaração de voto estaria plenamente alinhada com a votação do orçamento, mas, ainda assim, começou por expressar o sentido de voto do seu grupo, que foi contra as revisões orçamentais, à semelhança do que sucedeu aquando da aprovação do orçamento inicial.-----

--- Recordou que, embora as revisões orçamentais, na sua génese, permitam a reafecção de verbas para programas mais prementes ou eficazes, não deixam de constituir um instrumento de gestão de aumentos de despesa, devendo, enquanto mecanismo previsto na lei, ser utilizadas com ponderação e, sempre que possível, para assegurar o equilíbrio das contas face a alterações de contexto. -----

--- Manifestou preocupação pelo facto de, decorridos poucos dias após a aprovação do orçamento — documento que, no seu entendimento, deveria constituir o fio condutor da gestão e do planeamento estratégico —, já se verificarem alterações, considerando que tal situação levanta dúvidas quanto à prossecução dos objetivos definidos pelo executivo. --

--- Acrescentou que este documento já havia merecido reparos por parte do seu grupo e que, à semelhança do que ocorreu em dois mil e vinte e cinco, ano em que foram apresentadas seis revisões orçamentais a esta Assembleia, tudo indica que o orçamento de dois mil e vinte e seis poderá seguir o mesmo caminho. Considerou que a constante alteração de rubricas não constitui a melhor prática na gestão da coisa pública, apontando como exemplo as sucessivas derrapagens orçamentais em diversas obras e o modelo de governação adotado. -----

--- Referiu ainda que, apesar de o executivo dispor de maioria, esta é relativa, pelo que

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

considerou desejável uma maior atenção às posições da oposição. -----

--- Por fim, afirmou que, na sua opinião, o senhor Presidente da Câmara não tem demonstrado a capacidade de gestão financeira que afirma possuir, apontando como exemplos o mercado municipal, o campo de rãguebi da cidade desportiva, entre outros. Reconheceu que as intempéries tiveram impactos significativos nas encostas, pontes e estradas, contudo, considerou que a consolidação dessas infraestruturas não tem sido devidamente assegurada ao longo dos sucessivos executivos. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** referiu que a intervenção apresentada não suscitava matéria significativa para resposta, considerando, no entanto, que ficou claro que o partido Chega se posiciona contra a inclusão de seiscentos mil euros destinados às juntas de freguesia, bem como contra o reforço de verbas para o fornecimento de refeições escolares às crianças. -----

--- Acrescentou que tais posições configuram, no seu entendimento, uma oposição à melhoria da qualidade dos serviços prestados nas áreas da educação e da saúde, que constituem os principais fundamentos da presente alteração orçamental. -----

--- Esclareceu que esta alteração resulta da existência de um saldo de gerência positivo de cerca de cinco milhões de euros, o qual importa integrar nas rubricas da Câmara Municipal, tendo o executivo definido como prioridades estratégicas as áreas da educação, da saúde e o apoio às juntas de freguesia. -----

--- Concluiu afirmando que, face ao exposto, considera clarificada a posição do partido Chega, referindo ainda que a observação anteriormente feita em reunião de Câmara dizia respeito à senhora Vereadora do Chega Manuela Estevão, distinguindo essa intervenção da posição agora manifestada. -----

--- O senhor Deputado **Vítor Borges da Costa** referiu que o partido Chega não é contra as alterações apresentadas, esclarecendo que a sua posição incide sobre a forma como o orçamento é gerido. Considerou que o senhor Presidente apresenta um orçamento com determinadas verbas e, posteriormente, procede a sucessivas alterações, o que, no seu entender, revela falta de rigor no planeamento. -----

--- Sublinhou que o Chega não se opõe ao investimento nas áreas da educação, do desporto

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

ou noutras, mas sim às derrapagens orçamentais significativas em diversas obras, que, na sua perspetiva, demonstram uma gestão inadequada dos recursos públicos. -----

--- Acrescentou ainda que considera inadequado que o senhor Presidente da Câmara faça referências à senhora Vereadora Manuela Estevão, como se a mesma representasse ou se confundisse com a posição do partido Chega, sobretudo não estando presente para se pronunciar, entendendo que tal atitude não é apropriada. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que não aceita lições de moral por parte do senhor Deputado, nem de qualquer outro interveniente, reafirmando que mantém uma postura de respeito institucional. -----

Reiterou que o ponto em discussão diz respeito à integração de um saldo de gerência de cerca de cinco milhões de euros, resultante, segundo afirmou, de uma gestão financeira positiva no ano anterior, com vista ao reforço de diversas rubricas orçamentais. -----

Esclareceu que estas verbas permitirão, entre outras intervenções, apoiar investimentos em freguesias como Vale de Figueira, nomeadamente na melhoria de infraestruturas desportivas, bem como em Almoester, designadamente na qualificação do parque de jogos e recreio, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações. -----

--- Concluiu reafirmando que o que está em causa é a afetação desse saldo de gerência a áreas prioritárias, considerando que a posição do partido Chega é contrária a essa integração. -----

--- O senhor Deputado **Vítor Borges da Costa** voltou a intervir, afirmando que, no seu entendimento, o saldo de gerência não resulta apenas de um desempenho financeiro positivo, mas também do facto de não terem sido executadas verbas previstas no orçamento inicial, sublinhando que se trata de realidades distintas. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Revisão número um ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Santarém de dois mil e vinte e seis**, nos termos da alínea a), do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei setenta e cinco/ dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por maioria**, com trinta votos a favor, quatro votos contra e doze abstenções. -----

---PONTO QUATRO – PROPOSTA DE APOIOS FINANCEIROS ÀS FREGUESIAS.-----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número onze/dois mil e vinte e seis:-----

--- “Considerando que:-----

--- I. A Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, estabeleceu e aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico;-----

--- II. Constituem atribuições dos municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias (artigo vinte e três, número um do anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro);-----

--- III. Apesar da sua autonomia institucional, as freguesias e os municípios, atendendo que coincidem no mesmo território, assumem uma complementaridade funcional relativamente à prossecução dos interesses próprios das suas populações;-----

--- IV. As freguesias dispõem igualmente de atribuições e competências em domínios bastante diversificados na promoção e salvaguarda dos interesses das respetivas populações e têm uma especial relação de proximidade com os cidadãos o que lhes confere uma posição privilegiada;-----

--- V. Como elementos importantes da organização administrativa do Estado, dada a sua proximidade com os cidadãos e o profundo conhecimento das realidades e dinâmicas do seu quotidiano, as freguesias funcionam como um elo incentivador essencial e decisivo na prossecução dos interesses das respetivas populações;-----

--- VI. É inegável que, a par dessa posição privilegiada, as freguesias de pequena dimensão, dispõem de meios bastante escassos, que muito dificultam o prosseguimento das suas atribuições bem como o exercício das suas competências próprias;-----

--- VII. A Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, veio reforçar, significativamente, as competências das freguesias em matérias como: a conservação de

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

abrigo de passageiros existentes na freguesia; gerir, conservar e promover a limpeza de balneários, lavadouros e sanitários públicos; gerir e manter parques infantis públicos e equipamentos desportivos de âmbito local; colocar e manter as placas toponímicas; conservar e reparar a sinalização vertical não iluminada instalada nas vias municipais; proceder à manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais; proceder à construção de equipamentos (abrigo de passageiros, lavadouros, balneários, chafarizes, parques infantis e desportivos, cemitérios) quando se destinem a integrar o respetivo património, entre outras. -----

--- VIII. Face a tal situação, considera-se de toda a justiça e superior interesse para a população do município que as freguesias sejam apoiadas no desenvolvimento das suas atribuições; -----

--- IX. Reconhecendo a importância da atuação das Freguesias do Concelho, o Município de Santarém, não pode deixar de as apoiar, inclusive através da comparticipação de despesas que decorrem das suas atribuições e competências próprias, que se revelem investimentos mais avultados, mas que são importantes na promoção e salvaguarda dos interesses das populações, com significativa intervenção comunitária nas áreas do desenvolvimento e equipamento rural e urbano, cultura, educação, desporto, ação social, cuidados primários de saúde e proteção civil (artigo sete do anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro); -----

--- X. É de importância estratégica fomentar a cooperação entre o município e as freguesias, para a prossecução de investimentos que promovam a qualidade de vida das populações, em particular as que residem no meio rural do Concelho. -----

--- XI. O apoio do município às freguesias é determinante para a concretização dos investimentos nos seus territórios. -----

--- XII. Os valores dos apoios aqui em causa estão incluídos nas GOP municipais afetas às transferências de capital para as freguesias e devidamente cabimentados; -----

--- XIII. Encontram-se cumpridos os requisitos estabelecidos na Lei número oito/dois mil e doze de vinte e um de fevereiro - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), na sua redação atual, conforme fichas de compromisso anexas aos respetivos

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

processos; -----
--- Assim, dando sequência à deliberação camarária tomada, por unanimidade, a vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e seis, **cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém**, que ao abrigo da sua competência prevista na alínea j) do número um do artigo vinte e cinco do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, **autorize que sejam concedidos os seguintes apoios financeiros:** -----
--- ➤ **Freguesia de Abitureiras** -----
--- ✓ Construção de Parque Infantil nas Abitureiras (Auto de medição número um e faturação) – trinta e sete mil seiscentos e sessenta e três euros e oito cêntimos (37.663,08€);
--- ➤ **Freguesia de Alcanede** -----
--- ✓ Pavimentação de arruamentos diversos (Auto de medição número um dos trabalhos complementares e faturação) – vinte e sete mil quinhentos e noventa euros e nove cêntimos (27.590,09€); -----
--- ✓ Adaptação do antigo Centro de Saúde a Casa Mortuária (trabalhos não incluídos nos trabalhos complementares) – cinco mil oitocentos e sessenta e cinco e cinquenta e seis cêntimos (5.865,56€); -----
--- ➤ **Freguesia de Almoester** -----
--- ✓ Adaptação do Edifício da Junta de Freguesia para implementação do Espaço Cidadão (Auto de medição número dois e faturação) – dez mil oitocentos e quarenta e quatro euros e setenta e um cêntimos (10.844,71€); -----
--- ➤ **Freguesia de Arneiro das Milhariças** -----
--- Aquisição de prédio urbano para alargamento da via pública (artigo duzentos e quinze) – seis mil euros (6.000,00€).-----
--- ➤ **Freguesia de Moçarria** -----
--- ✓ Aquisição e colocação de sinalética – mil quatrocentos e vinte e seis e dez cêntimos (1.426,10 €). -----

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

- ➤ **Freguesia de S. Vicente do Paúl** -----
- ✓ Contratação de serviços destinados à manutenção de caminhos e arruamentos – onze mil cento e vinte e sete euros e oitenta e oito cêntimos (11.127,88 €).-----
- ➤ **União de Freguesias de Casével e Vaqueiros** -----
- ✓ Elaboração do Projeto” Reconstrução de Edifício destinado a casa Mortuária de Vaqueiros – quatro mil oitocentos e cinquenta e oito euros e cinquenta cêntimos (4.858,50€); -----
- ✓ Requalificação de Espaço em Vila Nova (Auto de medição número um e faturação) – vinte e dois mil e vinte e cinco euros e setenta e quatro cêntimos (22.025,74€); -----
- ➤ **União de Freguesias de Romeira e Várzea**-----
- ✓ Diversas drenagens e arruamentos (valor em falta respeitante ao Auto número três e faturação) – sete mil novecentos e trinta e oito euros e seis cêntimos (7.938,06€). -----
- ➤ **União de Freguesias da Cidade de Santarém** -----
- ✓ Aquisição de prestação de serviços de levantamentos topográficos (Rua 19 março, rotunda e passeios EN3, Rua Primeiro de Maio, Rua Vale de Salmeirim, Rua António Sérgio, Rua José Relvas, Avenida JF S. Salvador, Travessa Aristides Carvalho, Rua Vinte e Cinco Abril, Praceta Maria Lamas, Dr. Luís Sá, Bairro J. Caneiras) – vinte e um mil oitocentos e noventa e quatro euros (21.894,00€); -----
- ✓ Aquisição de levantamentos topográficos (Fontainhas, Ribeira Santarém, Rua Vinte e Cinco Abril, Rua Marquês de Abrantes, Rua Zeferino Silva) – cinco mil quinhentos e trinta e cinco euros (5.535,00 €); -----
- ✓ Aquisição de mobiliário urbano – onze mil quinhentos e sete euros e oitenta e oito cêntimos (11.507,88€); -----
- ✓ Elaboração de Projeto de Requalificação de Arruamentos Urbanos (Rua Marquês de Abrantes e Rua Zeferino Silva) – cinco mil setecentos e oitenta e um euros (5.781,00 €);
- ✓ Elaboração de Projeto de Requalificação de Arruamentos Urbanos (Travessa Guiné, Rua do Anjinho) – três mil novecentos e quarenta e três euros e trinta e oito cêntimos

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

(3.943,38€); -----

--- ✓ Aquisição de projetos de urbanismo (Passeios públicos das Ruas: António Sérgio, José Relvas, Vale de Salmeirim) – onze mil oitocentos e vinte e seis euros e quarenta e cinco euros (11.826,45€)”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Apoios Financeiros às Freguesias**, nos termos da alínea j), do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei setenta e cinco/ dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

--- **PONTO CINCO – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE ALCANHÕES – APOIO À REALIZAÇÃO DA "FESTA DO VINHO E DA VILA DE ALCANHÕES DE DOIS MIL E VINTE E SEIS**. -----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número seis/dois mil e vinte e seis: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária, tomada, por unanimidade, em nove de fevereiro de dois mil e vinte e dois mil e vinte e seis, cabe-me propor, à Exma. Assembleia Municipal de Santarém que, ao abrigo da sua competência prevista na alínea j) do número um do artigo vinte e cinco do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, autorize a atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Alcanhões, no montante total de vinte e dois mil e quinhentos euros, para apoio na organização da “Festa do Vinho e da Vila de Alcanhões dois mil e vinte e dois mil e vinte e seis”, nos termos expressos na informação número cinco/GAP/dois mil e vinte e seis, de catorze de janeiro, do Gabinete de Apoio Pessoal, que anexo”. -----

--- O senhor Presidente da Junta **Pedro Mena Esteves** agradeceu o apoio do Município de Santarém ao setor vinícola de Alcanhões, no âmbito deste evento, que se realiza pela quarta edição. Referiu que, neste formato, a Festa do Vinho e da Vila de Alcanhões assinala também os noventa e oito anos da elevação a Vila. -----

--- Aproveitou ainda a sua intervenção para convidar todos os presentes a participarem na Festa do Vinho e da Vila de Alcanhões, a decorrer entre os dias vinte e sete e vinte e nove de março, sendo o ponto alto a Rota das Adegas, no dia vinte e oito de março, durante a tarde. -----

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Alcanhões – Apoio à realização da "Festa do Vinho e da Vila de Alcanhões de dois mil e vinte e seis**, nos termos da alínea j), do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei setenta e cinco/ dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

--- **PONTO SEIS – PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO ESPECÍFICO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA A CONCRETIZAÇÃO DA OBRA DESIGNADA “SUBSTITUIÇÃO E REPARAÇÃO DE COBERTURAS E PINTURA DA ESCOLA BÁSICA PRIMEIRO CICLO DE VALE DE FIGUEIRA)” ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A FREGUESIA DE VALE DE FIGUEIRA**. -----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número treze/dois mil e vinte e seis: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária, tomada, por unanimidade, em vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e seis, **cabe-me propor, à Exma. Assembleia Municipal de Santarém**, nos termos das disposições conjugadas do artigo vinte e três, da alínea k) do número um do artigo vinte e cinco, das alíneas m) e ee) do número um do artigo trinta e três, dos artigos cento e dezasseis a cento e vinte e três e artigo cento e trinta e um, todos do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze de doze de setembro, **que aprove o seguinte**: -----

--- - i) A celebração de Contrato Interadministrativo Específico de Delegação de Competências entre o Município de Santarém e a Freguesia de Vale de Figueira com vista à realização da obra de “Substituição e Reparação de Coberturas e Pintura da Escola Básica Primeiro Ciclo de Vale de Figueira “; -----

--- - ii) A afetação dos recursos financeiros necessários para o efeito, mediante a transferência para a Junta de Freguesia de Vale de Figueira no valor total estimado de cinquenta e quatro mil seiscientos e noventa e nove euros e noventa e seis cêntimos (54.699,96€) (51.603,74€ + IVA); -----

--- - iii) A aprovação da minuta de Contrato interadministrativo Específico de Delegação

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

de Competências e dos seus anexos I, II, III e IV a celebrar entre o Município de Santarém e a Freguesia de Vale de Figueira, que anexo”.

--- O senhor Presidente da Junta **Rui Apolinário** e a senhora Deputada **Rita Correia** congratularam-se com a realização desta obra há muito necessária.

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Celebração de Contrato Interadministrativo específico de delegação de competências para a concretização da obra designada “Substituição e Reparação de Coberturas e Pintura da Escola Básica Primeiro Ciclo de Vale de Figueira)” entre o Município de Santarém e a Freguesia de Vale de Figueira**, nos termos da alínea k), do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei setenta e cinco/ dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.

--- **PONTO SETE – PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - CONCRETIZAÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS PARA OS ÓRGÃOS DAS NOVAS FREGUESIAS, A FREGUESIA DE SÃO VICENTE DO PAÚL E A FREGUESIA DE VALE DE FIGUEIRA - PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOS TERMOS DOS NÚMERO TRÊS E QUATRO DO ARTIGO DOIS DO DECRETO-LEI NÚMERO CINQUENTA E SETE/DOIS MIL E DEZANOVE, DE TRINTA DE ABRIL.**

--- Pela Câmara foi presente a proposta número sete/dois mil e vinte e seis:

--- “Dando sequência à deliberação camarária, tomada, por unanimidade, em nove de fevereiro de dois mil e vinte e seis, cabe-me propor, à Exma. Assembleia Municipal de Santarém que, ao abrigo da alínea ccc) do artigo trinta e três do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o número três do artigo segundo do Decreto-Lei número cinquenta e sete/dois mil e dezanove, de trinta de abril, autorize o seguinte:

--- **a)** Manter no âmbito de intervenção do município, as competências elencadas nas alíneas **d), g), h), i), j), k), l) e m)** do número um do artigo segundo do Decreto-Lei número

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

cinquenta e sete/dois mil e dezanove, de trinta de abril, dado que é a autarquia que possui melhores condições para o cumprimento das mesmas, nomeadamente considerando a existência de regulamentos municipais afetos a algumas matérias, bem como os necessários recursos humanos com conhecimentos técnicos para o efeito, evitando assim um aumento da despesa pública global prevista na sua concretização.-----

--- **b)** Transferir para o âmbito de intervenção da Freguesia de São Vicente do Paul e da Freguesia de Vale de Figueira as restantes competências elencadas no número um do artigo segundo do Decreto-Lei número cinquenta e sete/dois mil e dezanove, de trinta de abril, ou seja, as constantes nas alíneas a), b), c), e) e f), em conformidade com o explanado na informação número mil trezentos e quarenta e quatro, de dez de janeiro de dois mil e vinte e seis, da Divisão de Gestão e Apoio às Freguesias, que anexo”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Descentralização de Competências - Concretização da descentralização de competências dos municípios para os órgãos das novas freguesias, a Freguesia de São Vicente do Paúl e a Freguesia de Vale de Figueira - Proposta da Câmara Municipal de Santarém nos termos dos número três e quatro do artigo dois do Decreto-Lei número cinquenta e sete/dois mil e dezanove, de trinta de abril**, conjugado com a alínea k), do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei setenta e cinco/ dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

--- **PONTO NOVE – PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE REMOÇÃO E RECOLHA DE VEÍCULOS ABANDONADOS EM SITUAÇÃO DE ABANDONO OU EM ESTACIONAMENTO INDEVIDO OU ABUSIVO**.-----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número nove/dois mil e vinte e seis: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária tomada, por unanimidade, em reunião de nove de fevereiro de dois mil e vinte e seis, cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém que, ao abrigo da alínea g) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei setenta e cinco/ dois mil e treze, de doze de setembro, aprecie e aprove o texto regulamentar do Regulamento Municipal de remoção e recolha de veículos abandonados

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

em situação de abandono ou em estacionamento indevido ou abusivo, que anexo”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Regulamento Municipal de remoção e recolha de veículos abandonados em situação de abandono ou em estacionamento indevido ou abusivo**, nos termos da alínea a), do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei setenta e cinco/ dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

--- **PONTO DEZ – PROPOSTA DE CANDIDATURA AO PROGRAMA "VIA EXPRESSO INVESTIDOR" - ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS - SÉRGIO VALADOR UNIPessoal, LDA.** -----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número dez/dois mil e vinte e seis: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária, tomada por unanimidade, em reunião de **nove de fevereiro de dois mil e vinte e seis**, cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém que, nos termos do artigo **décimo sexto** da Lei número **setenta e três/dois mil e treze**, de **três de setembro**, conjugado com a alínea ccc) do número **um** do artigo **trigésimo terceiro**, do Anexo I, da Lei número **setenta e cinco/dois mil e treze**, de **doze de setembro**, que aprove a redução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em **quarenta e cinco por cento** à empresa Sérgio Valador, Unipessoal Lda., em conformidade com o proposto na informação número **sete/dois mil e vinte e seis** da Divisão de Desenvolvimento Económico, que anexo”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Candidatura ao Programa "Via Expresso Investidor" - Atribuição de benefícios - Sérgio Valador Unipessoal, Lda.**, nos termos do artigo **décimo sexto** da Lei número **setenta e três/dois mil e treze**, de **três de setembro**, conjugado com a alínea c), do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei setenta e cinco/ dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

--- **PONTO ONZE – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, APRESENTADAS NOS TERMOS**

DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM. -----

--- Pela senhora **Rita Correia**, da CDU, foi apresentada a seguinte **Moção “Pela Construção da Variante à Estrada Nacional Três entre o Cartaxo e Santarém”**: ----

--- “A segurança das infraestruturas rodoviárias constitui uma responsabilidade fundamental dos municípios, em particular quando estas servem populações locais e atravessam vias estratégicas, como é o caso da Estrada Nacional Três.-----

--- A construção de uma variante à Estrada Nacional Três, entre o Cartaxo e Santarém, tornando-se uma alternativa válida àquela via, confirma-se como uma necessidade urgente para promover a segurança rodoviária e a mobilidade das populações, no sentido de mitigar os incidentes e acidentes recorrentes naquela via, nomeadamente a interrupção da circulação automóvel na zona da Ponte da Asseca no passado dia dezoito de janeiro de dois mil e vinte e seis devido à derrocada da empena de uma casa ali localizada.-----

--- Há vários anos que a CDU vem reclamando a construção desta variante, uma obra estruturante e fundamental para a ligação entre os dois Concelhos e os concelhos limítrofes. -----

--- O volume de tráfego verificado na Estrada Nacional Três, quer de ligeiros, quer de pesados, os estrangulamentos registados na via, designadamente no Vale de Santarém, causadores de muitos acidentes, alguns deles com gravidade, a inadequação da estrada ao volume de tráfego e à dimensão atual dos pesados de mercadorias, nomeadamente no atravessamento das localidades pondo em causa a segurança dos peões, são motivos mais do que suficientes para que a variante seja construída. -----

--- A CDU responsabiliza os sucessivos governos do PS e do PSD e as gestões autárquicas de um e outro partido, no Concelho de Santarém, pelo facto de não só não terem levado por diante este investimento público, como de o terem retirado da lista de prioridades das infraestruturas rodoviárias da região.-----

--- Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Santarém, reunida a vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e seis, delibera:-----

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

--- - Instar o Município de Santarém a iniciar o processo de construção da Variante à EN3, para que esta seja uma realidade na ligação rodoviária entre o concelho de Santarém e o concelho do Cartaxo e represente uma melhoria das condições de vida das populações do concelho, designadamente do Vale de Santarém.” -----

O senhor deputado **Rui Barreiro** referiu que a sua questão se prende com o quinto parágrafo da moção em apreço, o qual contém alguns pontos que o Partido Socialista gostaria que fossem alterados. Salientou que, no último parágrafo, é também referido: “*Instar o município de Santarém a iniciar o processo de construção...*”; todavia, no seu entendimento, o que se pretende dizer é que o município de Santarém interceda no processo de construção, na medida em que não compete ao município de Santarém proceder à construção. Assim, considera importante clarificar se haverá algumas alterações a esta moção, de modo a que a bancada do PS possa votar em condições.

A senhora Deputada **Beatriz Martins** relativamente a esta moção, começou por deixar uma posição muito clara, referindo que o PSD é favorável à construção da variante à Estrada Nacional Três entre o Cartaxo e Santarém, trata-se de uma infraestrutura muito importante para a segurança rodoviária, para a mobilidade regional e para a qualidade de vida das populações, nomeadamente do Vale de Santarém. -----

--- Referiu que a Estrada Nacional Três apresenta constrangimentos evidentes, amplamente conhecidos, designadamente elevadíssimos volumes de tráfego e riscos que se verificam com maior frequência do que seria desejável. No entanto, esclareceu que a bancada não poderia acompanhar a moção, por uma razão de responsabilidade institucional. -----

--- Sublinhou que a mesma é uma estrada nacional sob tutela da Administração Central, através da Infraestruturas de Portugal, sendo que uma variante desta dimensão constitui uma obra estruturante, com impacto intermunicipal e envolvendo um investimento de muitos milhões de euros, sublinhando não ser juridicamente nem financeiramente compatível que o Município de Santarém inicie um processo de construção desta natureza. Referiu ainda que a moção propõe instar o Município a iniciar o processo de construção e, neste ponto, subscreveu as palavras do senhor deputado Rui Barreiro, no sentido de que

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

importa clarificar se se pretende apenas que o Município desenvolva algumas diligências ou que inicie, de facto, o processo de construção, considerando esta questão fundamental para a apreciação da moção. -----

--- Afirmou que tal não é exequível à luz das competências legais e da realidade orçamental do Município de Santarém, considerando que criar essa expectativa junto das populações é pouco sério e irresponsável. -----

--- Salientou que aquilo que o Município de Santarém pode e deve fazer é reforçar a reivindicação junto do Governo, exigir que a obra seja integrada, com a maior brevidade possível, no planeamento nacional das infraestruturas, e articular com o Município do Cartaxo e com a Comunidade Intermunicipal a defesa da sua inclusão em futuros quadros de financiamento, sublinhando, porém, que o Município não pode substituir-se ao Estado. Esclareceu ainda que votar contra a moção não significa votar contra a variante, pretendendo que tal ficasse claramente registado, referindo que a sua intervenção constituía declaração de voto da bancada do PSD. -----

--- Por fim, afirmou que a bancada votaria apenas contra uma formulação que atribui ao Município uma responsabilidade que não lhe cabe, reiterando que o PSD continuará a defender esta infraestrutura junto das entidades competentes, com seriedade, responsabilidade e sentido de realidade. -----

--- O senhor Deputado **José Magalhães** disse que, na qualidade de utente diário da via em causa, não pode deixar de concordar com a premência e a urgência da construção desta variante, considerando que é importante clarificar as questões colocadas pelos anteriores oradores, designadamente no que respeita a saber se a proposta pretende que o Executivo pressione ou desenvolva diligências junto do Governo Central ou da Infraestruturas de Portugal, ou se existe algum lapso na redação da proposta, atendendo a que, de facto, a Câmara não tem responsabilidade para iniciar este tipo de intervenção. -----

--- O senhor Deputado **Joaquim Neto** aludiu que na linha do que já foi dito há também um aspeto que lhe parece relevante, para além da incorreção de “instar o Município a iniciar o processo de construção...”, considerou que o último parágrafo dos considerandos lhe merecia igualmente reparo, salientando que compreendendo o que a CDU pretende

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

dizer, e admitindo que o texto pudesse reportar-se às diferentes administrações centrais e aos diferentes Governos, considerou extremamente injusta a referência às gestões autárquicas de ambos os partidos. Sublinhou que tal afirmação não corresponde à realidade, uma vez que as gestões autárquicas sempre fizeram o que lhes era possível no sentido de manter esta infraestrutura e a respetiva construção nos diferentes planos.-----

--- Considerou que apenas com a retirada daquele parágrafo e com a correção do último existem condições para a bancada do PS votar favoravelmente esta moção. -----

--- Recordou ainda que, no passado, já foram aprovadas nesta Assembleia moções deste tipo, por unanimidade, sem que existisse qualquer aproveitamento partidário embora se trate de uma moção apresentada pela CDU. -----

--- A senhora Deputada **Rita Correia** clarificou que não tem qualquer objeção que o parágrafo quinto seja retirado. -----

--- Disse, relativamente à questão “pouco sério e irresponsável”, que certamente não é aquilo que aqui hoje foi apresentado. Pouco sério e irresponsável é manter esta situação como está. -----

--- Lamentou profundamente, em nome da CDU, que a redação deste último parágrafo não seja clara o suficiente para se perceber que se trata de iniciar o processo junto do Estado e demais entidades competentes, manifestando a sua disponibilidade para se assim for necessário reformular o último parágrafo. -----

--- Salientou que não aceita também esta tentativa de dizer que há aproveitamento político por parte da CDU, que sempre teve uma atitude séria na defesa dos reais interesses das populações. -----

--- A senhora Deputada **Beatriz Martins** reiterou que a bancada do PSD é favorável à construção da variante à Estrada Nacional Três entre o Cartaxo e Santarém, considerando tratar-se de uma intervenção prioritária. -----

--- Esclareceu, contudo, que a bancada não pode acompanhar a moção nos termos em que se encontra redigida, por considerar pouco sério e politicamente irresponsável atribuir à Câmara Municipal a iniciativa do procedimento de construção, uma vez que tal não é da sua competência jurídica nem financeira, cabendo essa responsabilidade à Infraestruturas

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

- de Portugal. -----
- Acrescentou que, caso fosse alterado o último parágrafo da moção, no sentido de instar o Município a desenvolver diligências junto do Governo para que a obra seja integrada no planeamento nacional das infraestruturas, a bancada do PSD votaria favoravelmente a proposta.-----
- Após alguma troca de impressões, a senhora deputada **Rita Correia** referiu que aceita retirar o quinto paragrafo da moção, ficando o último parágrafo com a seguinte redação: “- Instar o Município de Santarém a efetuar de forma urgente todas as diligências necessárias junto da administração central para que o processo de construção da Variante à EN3, seja uma realidade na ligação rodoviária entre o concelho de Santarém e o concelho do Cartaxo, representando uma melhoria das condições de vida das populações do concelho, designadamente da freguesia do Vale de Santarém.”.-----
- Dada a ausência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a **Moção** em epígrafe a votação, com a alteração acima referida, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----
- Pelo senhor deputado **Jorge Rodrigues**, do PSD, foi apresentado o seguinte **Voto de Louvor “Às Forças de Segurança e Agentes de Proteção Civil do Concelho de Santarém”**:-----
- “A Bancada do Partido Social Democrata (PSD) na Assembleia Municipal de Santarém vem, pelo presente, propor a aprovação de um Voto de Louvor às Forças de Segurança, aos Agentes de Proteção Civil e a todas as entidades envolvidas na resposta às tempestades que recentemente assolaram Portugal e afetaram de forma significativa o concelho de Santarém.-----
- Perante condições meteorológicas particularmente adversas, marcadas por precipitação intensa, ventos fortes e múltiplas ocorrências que colocaram em risco pessoas e bens, a resposta foi imediata, coordenada e exemplar.-----
- É de inteira justiça destacar o profissionalismo, a dedicação, a coragem e o elevado sentido de missão demonstrados por: -----
- Guarda Nacional Republicana -----

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

--- Polícia de Segurança Pública -----
--- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil -----
--- Serviço Municipal de Proteção Civil de Santarém -----
--- Corpos de Bombeiros do Concelho de Santarém -----
--- ULS -----
--- Cruz Vermelha Portuguesa -----
--- Forças Armadas Portuguesas -----
--- Trabalhadores dos serviços municipais e juntas de freguesia -----
--- Técnicos, operacionais e voluntários que, com enorme espírito de entrega, estiveram no terreno. -----
--- A sua atuação célere e eficaz permitiu mitigar danos, garantir a segurança das populações, restabelecer acessos, remover obstáculos e devolver, com a maior brevidade possível, condições de normalidade às nossas comunidades. -----
--- Num momento de exigência, ficou uma vez mais demonstrado que o concelho de Santarém dispõe de profissionais e voluntários preparados, solidários e profundamente comprometidos com o serviço público. -----
--- Assim, a Bancada do PSD na Assembleia Municipal de Santarém propõe que esta Assembleia delibere:-----
--- Um – Aprovar o presente Voto de Louvor às Forças de Segurança e aos Agentes de Proteção Civil envolvidos; -----
--- Dois – Determinar que o mesmo seja formalmente comunicado às entidades acima referidas; -----
--- Três – Tornar público o reconhecimento institucional pelo serviço prestado à população do concelho.” -----
--- O senhor Deputado **José Magalhães** considerou ser mais do que justo a atribuição deste louvor que não merece contestação, contudo, no seu entender, poderia fazer uma referência ao voluntarismo, aos voluntários informais à população anónima, aos vizinhos, às pessoas que não vestiam qualquer farda e que tiveram sempre uma postura de grande civismo e de resiliência. -----

ATA Nº. 05/2025–2029
Sessão de 27 de fevereiro de 2026

--- Dada a ausência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação o **Voto de Louvor** em epígrafe, tendo sido **aprovado por unanimidade**.-----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto, nos termos da Lei e do Regimento, o segundo **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** o qual não se concretizou dada a ausência de oradores.-----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a aprovação em minuta as deliberações tomadas na presente sessão, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovadas por unanimidade**, a fim de produzirem efeitos imediatos.-----

--- Eram vinte e três horas e cinco minutos quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente e Secretários da Mesa da Assembleia.-----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi.-----

-----**O PRESIDENTE**-----

-----**A PRIMEIRA SECRETÁRIA**-----

-----**A SEGUNDA SECRETÁRIA**-----